

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 17, julho a dezembro de 2006

**AVALIAÇÃO DO PERFIL DE CIDADANIA AMBIENTAL DE ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO-TÉCNICO DO CEFET-RJ**

Roosevelt da Silva Fernandes¹

Regina Viegas²

Jessica Vicente Guanandy³

RESUMO

O presente artigo analisa a aplicação da metodologia da avaliação da percepção ambiental a alunos do ensino médio-técnico do CEFET-RJ, desenvolvida por convênio entre o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e o Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental (NEPA), da Faculdade Brasileira – UNIVIX, Vitória – ES, que se dedica a este tipo de pesquisa nas áreas ambiental, social e educacional. O objetivo do estudo é gerar um banco de dados de informações sobre o perfil da cidadania ambiental destes

¹Coordenador do curso de Engenharia de Produção Civil e do Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental / NEPA e Mestre em Engenharia de Produção - Faculdade Brasileira – UNIVIX - CEP 29 075.085 - Vitória – ES - Brasil roosevelt@ebrnet.com.br.

²Mestre em Tecnologia, Coordenadora do Núcleo de Estudos Ambientais – Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET – CEP 20 071 .110 - RJ –Brasil reginaviegas@ig.com.br.

³Aluna do curso de Engenharia de Produção Civil da UNIVIX, bolsista do Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental / NEPA – Faculdade Brasileira – UNIVIX – CEP 29 075.085 - Vitória – ES - Brasil – vicenteguanandy@yahoo.com.br.

jovens, permitindo, a partir do mesmo, definir ações específicas complementares de Educação Ambiental voltadas a contribuir, direcionar e ampliar a visão ambiental dos jovens. Uma visão diferenciada de estruturar programas de Educação Ambiental à luz de informações previamente identificadas e quantificadas.

Palavras-chave: Percepção Ambiental, Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Cidadania Ambiental.

ABSTRACT

This paper analyzes the methodology used in the evaluation of the environmental perception of students of the technological school (CEFET - RJ), applied in a joint program held by the mentioned educational institution (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro-CEFET-RJ) and the "Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental (NEPA) of the FACULDADE BRASILEIRA - UNIVIX, VITÓRIA- ES", which sponsors research in the environmental, social and educational areas. The objective of this study is to obtain data related to those students' environmental awareness, which will allow the definition of specific actions in the field of Environmental Education aimed at contributing, directing and enlarging the environmental consciousness of those youngsters. It is expected that the study will bring a differentiated contribution for the pedagogical course programs of Environmental Education based on data previously identified.

Keywords: Environmental Awareness, Environmental Education, Environmental Management, Environmental Consciousness

1 – INTRODUÇÃO

O uso da Percepção Ambiental como instrumento de gestão vem sendo, desde 2003, o foco principal do Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental / NEPA, da Faculdade Brasileira – UNIVIX / Vitória – ES.

O grupo se dedica especificamente à análise da percepção ambiental e social em segmentos formadores de opinião objetivando, a partir das conclusões decorrentes da utilização deste instrumento de gestão, gerar condições que possibilitem identificar e equacionar lacunas de conhecimento no comportamento ambiental de tais segmentos, identificadas a partir da análise dos dados gerados pela adoção da metodologia proposta.

Buscando aprofundar o tema e vislumbrar um panorama em nível nacional, foi realizado um convênio entre o Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro. Este convênio teve por objetivo aplicar a metodologia, na cidade do Rio de Janeiro, a jovens do Ensino Médio-Técnico que, recém saídos deste segmento educacional, são prontamente inseridos no mercado de trabalho. Portanto, sob este foco, a pesquisa realizada se caracteriza como um poderoso instrumento de gestão.

2 – CONCEITUANDO PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Percepção ambiental (3) é, em essência, a visão como cada indivíduo percebe o ambiente que o cerca, contexto que o leva, a partir dessa percepção, a interagir (positiva ou negativamente) com o meio a sua volta, influenciando (positiva ou negativamente) as pessoas e o ambiente com o qual reage e interage (direta ou indiretamente), sendo o primeiro passo na direção do processo de conhecimento e do exercício da cidadania ambiental.

Portanto, a percepção ambiental de cada indivíduo é produto dos componentes sensorial (reação dos sentidos diante do meio que nos cerca, possibilitando a definição de “juízos” que sustentam o “raciocínio”), e racional (processo aperfeiçoado de conhecimento que se sustenta na inteligência de cada indivíduo, através de seu banco de dados pessoal)..

3 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, especializada na oferta de Educação Tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica. O Centro oferece vários níveis de educação: Ensino Médio, Ensino Técnico, Educação Tecnológica, Educação Superior (Engenharias e Administração Industrial) e Programas de Pós-Graduação.

4 - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Cada instituição quanto à sua cultura interna, em assuntos ligados à temática ambiental, apresenta particularidades que, em conjunto ou separadamente, acabam por influir (positiva ou negativamente) no perfil de cidadania ambiental dos jovens formados por ela.

Apenas através do conhecimento dos aspectos negativos desta cultura ambiental, bem como dos pontos positivos, é possível definir ações que visem solucionar (ou minimizar) tais situações, ações que acabam por refletir, a médio e longo prazos, na imagem da instituição, através da mudança de comportamento de seus egressos.

Não resta dúvida que os investimentos sociais e ambientais influenciam cada vez mais a imagem das empresas. Esta imagem é produto do nível de conhecimento ambiental e social de seus gestores, funcionários e prestadores de serviço..

A adoção da Percepção Ambiental como instrumento de gestão para sustentação de um plano de intervenções (adequações e correções), é uma forma nova de encaminhar a identificação e discussão de aspectos negativos do comportamento ambiental dos jovens e, deste modo, acreditamos que este trabalho abre perspectivas concretas para a utilização da metodologia em outras instituições de ensino.

Em apoio a Coordenação de Organização da Conferência Estadual Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente (nov / 2005), o NEPA, desenvolveu, entre jovens do ensino fundamental, uma pesquisa para definição do perfil de cidadania ambiental / social dos mesmos..

O Convênio firmado com o CEFET-RJ possibilitou ampliar a representatividade dos dados constantes no banco em desenvolvimento pelo Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental.

Esta forma de abordagem que se diferencia da estruturação tradicional de programas de Educação Ambiental, disseminada para outros estados da federação por meio de convênios de transferência da metodologia, também já chegou a Portugal, onde o NEPA fez convênio com escolas da região de Cácia - Aveiro (<http://users.prof2000.pt/wtcacia/>), trabalho coordenado localmente pela Profa. Maria Conceição Monteiro Silva.

5- OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo da pesquisa é estruturar um banco de dados, específico para estudantes do ensino Médio-Técnico, que retrate de maneira quantitativa, contexto do Rio de Janeiro, as não conformidades identificadas no perfil de conhecimento ambiental dos jovens. Tal banco de informações propiciará a estruturação/reformulação de programas de Educação Ambiental.

Com a implantação progressiva destes bancos de dados nos vários estados da federação, os mesmos passarão a contar com uma forma diferenciada de estruturar programas de Educação Ambiental, quer por parte dos órgãos públicos (secretarias de meio ambiente e de educação), quanto da iniciativa privada que, na maioria dos casos, apóia tais iniciativas. A nova abordagem irá complementar o conhecimento pessoal dos educadores ambientais..

A aplicação da mesma metodologia, de modo a dar sustentação à criação de um banco nacional do perfil da cidadania ambiental de jovens do ensino fundamental, através da Comissão Organizadora da Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente, a ser realizada em abril de 2006, em Brasília, será aplicada aos delegados presentes.

6- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Há um número muito limitado de referências bibliográficas voltadas especificamente a visão da Percepção Ambiental como instrumento de gestão.

O que se encontra são textos que analisam o contexto teórico da percepção ambiental, ou que apresentam experiências de aplicação do instrumento à um caso prático, na maioria das vezes não o utilizando como efetivo agente de gestão.

7 – METODOLOGIA

A pesquisa está baseada na aplicação de um questionário (50 perguntas), que procura cobrir os pontos mais importantes do conhecimento ambiental básico, essenciais a cidadania. No questionário existem perguntas que identificam a percepção e o comportamento do jovem entrevistado frente a diferentes facetas da temática ambiental.

Foram aplicados 272 questionários aos alunos que freqüentavam o Ensino Médio-Técnico e do Ensino Médio do CEFET-RJ, totalidade dos alunos concluintes do ano de 2005.

O trabalho foi sustentado por um convênio de cooperação institucional realizado entre o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca / CEFET-RJ e a Faculdade Brasileira / UNIVIX, Vitória - ES, através do NEPA – UNIVIX.

O convênio teve por objetivo a cooperação técnica no sentido de definir diretrizes, normas

9 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

9.1 - PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS

- **Gênero**

Observa-se o equilibrada, com 53,4% do sexo masculino

- * **Idade**

O valor médio da idade dos entrevistados ficou em 17 anos, sendo os limites extremos, respectivamente, de 14 e 19 anos, faixa etária que caracteriza o Ensino Médio-Técnico.

- * **Município onde mora e tempo de residência no mesmo**

O tempo de residência no município onde moram foi representativo – 16 anos – fato que referenda a hipótese que os entrevistados preferencialmente nasceram e moram no mesmo município. Os limites extremos foram 2 e 19 anos.

- * **Nível de renda da família**

O nível de renda das famílias dos jovens ficou na faixa entre R\$ 1.500,00 e R\$ 3.000,00 (74,5%), seguido de renda superior a R\$ 3.000,00 (12,5%), fato que evidencia um segmento de classe média bem definido. Abaixo de R\$ 900, 00, tivemos 4,0% de observações e entre

R\$ 900,00 e R\$ 1.500,00, 8,1%. Este fato é representativo da Instituição que se caracteriza por receber jovens de classe média e que procedem de escolas preparatória de bom nível.

9.2 - PERFIL DA CIDADANIA AMBIENTAL DOS JOVENS ENTREVISTADOS

*** Ensino de temas ligados ao meio ambiente em sala de aula**

Apenas 18,4% dos entrevistados admitirem que os tópicos relacionados à temática ambiental já vinham sendo abordados freqüentemente em sala de aula, desde o início de sua vida estudantil. Os 73,9% restantes optaram por “eventualmente”.

*** Participação em cursos e eventos ligados a temática ambiental**

Ficou consolidado por 51,9% dos entrevistados já terem participado de cursos / palestras voltados especificamente a assuntos de meio ambiente. Novamente, quase a metade dos entrevistados assumiu que não vinha participando de tais atividades. A referência mais significativa explicitada pelos estudantes foi a participação em atividades ligadas à Semana do Meio Ambiente, realizada na própria escola.

*** Importância dos assuntos de meio ambiente na sua futura formação profissional**

Quando perguntados se os assuntos de meio ambiente são importantes para a sua futura formação profissional, a grande maioria (85,3%) referendou esta tese, ou seja, os entrevistados sabem da importância do assunto, Preocupa o fato de que 12,5% deles terem admitido que o que sabem hoje sobre meio ambiente já é suficiente para sua atuação profissional futura, enquanto outros 2,2% admitirem que a temática ambiental é assunto para ser tratado apenas por especialistas.

*** Carência de oferta de cursos ligados à temática ambiental**

A carência pelo conhecimento ambiental volta a ser evidenciada quando grande parte dos entrevistados (61,3%) enfatizou a necessidade de oferta de cursos nas áreas de “Preservação Ambiental” e “Educação Ambiental”, focos básicos da formação do conhecimento ambiental.

*** Qual o melhor momento para iniciar a discussão dos assuntos do meio ambiente**

O grupo explicita corretamente que a discussão da temática ambiental na escola deve ser distribuída entre a pré-escola e o ensino superior (44,44%), 6,3% enfatizam que o processo deve ocorrer apenas na fase de educação Infantil, 24,6% sugerem a fase do ensino da primeira a quarta séries) e 6,6% da quinta a oitava séries.. A opção pelo ensino médio foi de 12,5% com 5,5% sugerindo a fase do ensino superior.

*** Qual a melhor forma de abordar a temática ambiental na escola**

Nesta análise o grupo praticamente se dividiu entre “a oferta de uma disciplina única” (38,9%) e “presente em todas as disciplinas” (54,4%).

*** Mês do ano em que se comemora, no Brasil, a Semana Nacional do Meio Ambiente.**

A grande maioria acertou no mês em que se comemora a Semana Nacional do Meio Ambiente, fato que evidencia a participação do grupo em tais eventos, indicativo do grau de motivação dos alunos e/ou do estímulo de seus professores em termos de tal envolvimento.

*** Confiança que depositam no trabalho realizado pelas ONGs ambientalistas**

Perguntados se confiam no trabalho das ONGs ambientalistas, houve um valor significativo de respostas negativas (40,8%), apesar da maioria (59,2%) confiar na ação das ONGs. Ou seja, os jovens têm visão mais positiva sobre a ação das ONGs que os adultos (57%), como mostra o artigo “População Brasileira não confia nas ONGs” (pesquisa IBOPE), disponibilizada no www.alerta.inf.br (20/6/05).

*** Prática de acesso a sites ligados à temática ambiental**

A quase maioria (75,0%) respondeu pela não prática habitual de acessar sites ligados à temática ambiental, o que pode evidenciar um certo grau de desinteresse pela temática ambiental, dado ser a Internet um instrumento de grande utilização pelos jovens.

*** Frequência na leitura de jornais**

A grande maioria dos entrevistados admite não ler jornais (53,6%) ou fazê-lo apenas nos domingos (22,4%), fato preocupante. Apenas 6,8% admitem ler todos os dias. Preocupa o índice de 17,2% que admitem nem sempre ler jornais.

*** Necessidade de criação de novas leis ligadas à proteção do meio ambiente**

Apesar do Brasil ter uma legislação ambiental muito bem estruturada - os entrevistados fixaram opiniões em termos da “necessidade de criar novas legislações” (31,9%), sendo que 29,0% admitirem ser suficiente usar a legislação ambiental existente, enquanto 39,1% explicitaram que além das legislações existentes, há que se criar outras. Um grupo (4,1%) admitiu não estar em condições de opinar sobre o questionamento feito.

*** Eficácia da atuação dos órgãos normativos de controle ambiental**

Quanto à eficácia da ação dos órgãos normativos de controle ambiental (federal, estadual e municipais), o grupo explicitou: 47,8% por não, 30,1% por parcialmente e 18% por sim, sendo que 4,1% não souberam responder.

*** Liberação de parte da Amazônia para a exploração plena de seus recursos naturais**

Quanto à divisão da Amazônia entre “preservação” e “uso racional da região”, prevaleceu (77,9%) o espírito de manter a região intacta (preservada), fato que coincide com a expectativa de uma comunidade que não vive na região e, deste modo, não sente a necessidade de explorar racionalmente seus recursos naturais como meio de sustento.

*** Finalidade da existência do processo de licenciamento ambiental**

Perguntados sobre a necessidade da existência do instrumento “licenciamento ambiental”, a maioria citou corretamente que o mesmo é exigência para as empresas que afetam o meio ambiente (54,0%), porém foi grande o número de respostas que não tinham nenhuma afinidade direta com a ação ambiental. A opção “empresas que dão lucro” acusou um percentual de 9,9%, “todas atividades industriais independente de terem impacto ambiental ou não” acusou 14,3%. A opção “empresas que precisam de água” apresentou um percentual de 4,4% e as que “geram resíduos tóxicos”, 17,2%.

*** Eficácia da ação de um indivíduo isolado no processo de decisão de assuntos ligados à temática ambiental**

De forma preocupante, a grande maioria (73,1%) admitiu que não, evidenciando, portanto, o sentimento de fragilidade de se posicionar em uma situação como essa.

*** Critérios para escolha de uma empresa modelo na área ambiental**

Na escolha de uma empresa modelo na área ambiental, as respostas de maior incidência foram: TVs (21,3%), jornais (16,9%) e as informações dos movimentos comunitários (15,1%). As emissoras de rádio aparecem com 8,0%, pessoas não ligadas às empresas com 10,2% e ligadas às empresas (funcionários) com 4,0%. O material divulgado pelas empresas é apontado por apenas 2,6% do grupo, enquanto o material divulgado pelas ONGs acusou um percentual de 12,1%.

*** Eficácia das empresas no trato das questões ambientais**

Uma grande maioria dos entrevistados está sem informação sobre estas iniciativas (26,1% optaram pela negativa e 3,7% pela opção “parcialmente”). Este fato mostra que, pelo menos em relação ao segmento jovem, a ação das empresas, ao divulgarem suas parcerias com a sociedade, não está sendo plenamente eficaz, segmento potencial de formadores de opinião a médio e longo prazo. Apenas 8,4% admitiram estar informados e 61,4% explicitaram que não acompanham este tipo de assunto.

*** Responsabilidade pela destinação dos resíduos gerados pelas empresas**

Quando perguntados a respeito da responsabilidade pela destinação final dos resíduos gerados por uma empresa, a opção “empresa” aparece com 50%, “governo” com 37,5%, seguido da associação “governo / empresas” com 12,5%.

*** Critérios básicos adotados no momento da compra de um produto**

O processo de compra de um produto ou serviço se mostrou ligado unicamente às questões de preço e qualidade, sem nenhuma referência significativa às preocupações ambientais.

*** Percepção da qualidade de vida do município onde o entrevistado reside**

A predominância dos entrevistados foi que, em seus municípios, a qualidade de vida (ponto de vista ambiental) está entre “ótima” (24,6%) e “boa” (35,6%). Um grupo de 9,5% optou por “ruim”, enquanto 4,8% optaram pela condição de qualidade de vida “péssima”.

- **Taxação da poluição emitida por veículos de mais de 15 anos de uso**

•

Perguntados quanto à permanência em circulação de veículos mais velhos (efeito poluidor), a maioria (71,7%) optou pela taxaço.

*** Exigência legal para poda / corte de vegetação na área urbana**

Em se tratando da obrigação de autorização para a “poda de árvores” nas áreas públicas, o grupo (51,8%) considerou que a ação pode ser feita livremente, sem a necessidade de autorização da autoridade ambiental competente.

*** Interesse por assuntos ligados à temática ambiental**

Apesar da maioria dos entrevistados (77,9%) explicitar seu interesse por assuntos ligados ao meio ambiente, foi elevado o índice dos que admitiram terem interesse apenas às vezes (20,9%) e os que admitiram (1,2%) não terem interesse.

*** Discussão de temas ambientais no âmbito das famílias**

O interesse âmbito das residências dos entrevistados mostrou um elevado índice na categoria “poucas vezes” (90,8%), o que mostra que, também nos lares, a temática ambiental não é discutida com a importância que deveria. Apenas 6,6% admitiram a opção “quase sempre” e 2,6% explicitaram que este assunto não é tratado no dia-a-dia de suas residências.

*** Percepção da sua contribuição individual de agressão ao meio ambiente**

Apesar da maioria dos entrevistados (66,7%) admitir que no dia-a-dia causa problemas para o meio ambiente, 33,3% admitem não causar nenhum efeito ao meio ambiente (33,3%).

*** Priorizando o efeito de diferentes formas de impactos ambientais**

Em termos da cidade do Rio de Janeiro, os entrevistados se mostraram muito incomodados por problemas de poluição da água e do ar, bem como da ocupação desordenada das encostas. Entre os aspectos que causam incomodo aparecem “degradação do solo”, “poluição sonora”, “desmatamento”, “esgoto não tratado” e “extração de recursos minerais”.

*** Efeitos ambientais da construção de grandes construções na área urbana**

O grupo evidenciou (90,1%) conhecer o efeito ambiental das grandes edificações implantadas na malha urbana da cidade.

*** Ações adotadas pelos entrevistados quando diante de um incômodo ambiental**

Ao serem perguntados como agiriam em relação a um incômodo ambiental, optaram pelas seguintes opções: “participar de uma manifestação de rua” (36,4%) e “filiar-se a uma ONG ambientalista” (28,7%), excluindo opções importantes como “contato com um órgão ambiental” (1,1%), “contato com a mídia” (3,3%), entre outros, o que enfatiza a necessidade do aprimoramento da cidadania ambiental de tais jovens. Do total de entrevistados, apenas 0,7% admitiu “não fazer nada”. “Aderir a um abaixo assinado” ficou com 2,5%, “pedir a ajuda de um político” com 0,4%. Também 0,4% citaram que “participariam de uma audiência pública”, uma “reunião convocada pela liderança comunitária” ficou com 6,6%. Com 8,4% tem-se “aderir a um partido político voltado a discussão das temáticas ambientais”, observando-se 11,3% que citaram “outras opções”.

*** Percepção e interesse pelos 20 maiores problemas ambientais do planeta Terra**

Quando perguntamos pelo interesse em conhecer maiores informações sobre os grandes problemas ambientais do planeta, apesar de mostrarem interesse por todos, focaram sua atenção prioritariamente sobre “colapso dos pesqueiros nos oceanos” (15,1%), “emissão das

chaminés de indústrias (7,7%) e de emissões de veículos” (10,6%), “mudanças climáticas” (9,9%) e “aumento dos níveis dos oceanos” (9,9%), não dando importância, o que é preocupante, o “crescimento da população” (nenhuma referência foi feita a este site). Também se observou “Efeito El Nino” com 3,3%, “Engenharia Genética” com 7,7%, “desmatamento e desertificação” com 6,9%, “degradação das zonas costeiras” (5,8%), “redução da Camada de Ozônio” (2,2%), “poluição do ar” (1,2%), “pobreza” (0,7%), “poluição dos mares” (2,2%), “escassez de água” (2,5%), “poluição das águas” (3,3%), “consumo de energia” (4,0%), “perda da biodiversidade” (4,0%), “desperdício de recursos naturais” (1,6%) e “poluição do solo” (1,1%).

*** Prioridade da ação dos atores sociais em relação à geração de problemas ambientais**

Em termos das fontes dos problemas ambientais, o grupo identificou em primeiro lugar as indústrias, seguidas do governo, depois pela população, comércio e, por último, a agricultura.

*** Comportamento das indústrias no trato de seus problemas ambientais**

Quanto à ação das indústrias, em termos da iniciativa de resolver seus problemas ambientais, os entrevistadas evidenciaram um comportamento negativo optando por: “não investem e nem atendem as exigências ambientais”, para 35,3% do grupo, seguido de “omitem informações em relação aos danos que causam” (36,0%), “deveriam utilizar parte do seu lucro para investir em meio ambiente” (9,9%). O restante do grupo considerou que as empresas “investem em meio ambiente, mas ainda causam poluição” (7,7%), que “precisam de financiamento do governo para resolver seus problemas ambientais” (6,2%), enquanto apenas 4,7% enfatizaram que “as empresas investem em meio ambiente e atendem as exigências ambientais”.

*** Comportamento do Poder Público no trato de seus problemas ambientais**

O nível de pessimismo foi ainda maior. A opção “não investem em meio ambiente e nem cumprem as normas ambientais” ficou com 74,2% dos entrevistados, seguido de “não investem em meio ambiente” (15,8%), “não investem em meio ambiente, pois sendo governo não precisam fazê-lo” (2,6%), “investem mas ainda causam poluição” (4,0%), sendo que apenas 3,3% admitem que o governo “investe e procura atender a legislação ambiental”.

*** Percepção de desenvolvimento associado à agressão ao meio ambiente**

Apesar da maioria (85,6%) admitir que é possível o desenvolvimento econômico e social sem agressão ao meio ambiente, 6,2% admitiram que não, pois “há casos onde a agressão ambiental é o preço a ser pago pela sociedade pelo desenvolvimento da região” (6,2%). Um outro grupo admitiu a resposta não, dado que “a agressão ambiental é inerente a todo processo de desenvolvimento” (6,6%), com 1,5% admitindo que o conceito de desenvolvimento não está ligado a problemática ambiental (1,5%)..

*** Poluição e nível de emprego**

A idéia de aceitar um pouco de poluição em troca de mais empregos foi francamente recusada (88,7%) pelos entrevistados, apesar de que uma parcela do grupo aceitaria a proposta (11,3%).

*** Confiabilidade dos resultados de monitoramentos ambientais desenvolvidos pelas próprias empresas**

Quanto perguntados se as empresas que medem, elas próprias (automonitoramento), seus níveis de poluição, frente à confiabilidade das informações disponibilizadas para a sociedade, a maioria foi pela opção da não confiabilidade das informações divulgadas (35,6%), reforçando que esta atividade deveria ser realizada apenas pelo governo (28,7%). Um grupo admite que só alguns resultados divulgados são confiáveis (29,8%), sendo que apenas 5,9% acreditam que as empresas divulgam com seriedade todos os resultados de medições ambientais que realizam.

*** Percepção do segmento que mais consome água no Brasil**

Quando questionado sobre o segmento que mais consome água, a indicação da maioria foi pela “indústria” (43,0%), “agricultura” (29,8%) – este efetivamente o segmento que mais consome água – seguido de “abastecimento público” (15,8%), do “comércio” (8,1%). Um grupo (3,3%) admite não haver diferença significativa entre o consumo dos segmentos.

*** Postura do entrevistado quanto a Coleta Seletiva como uma eventual exigência legal**

A aceitação da coleta seletiva (compulsória) foi opção da maioria (70,5%), considerando a atividade como útil, mas um grupo, mesmo aceitando a opção, considerou o ato como inútil (21,0%), fato que caracteriza, possivelmente, um descrédito com os resultados de programas já implantados de coleta seletiva. Um grupo (8,5%) admitiu que mesmo que viesse a ser uma exigência legal, não adotariam a prática da coleta seletiva.

*** Destinação dos recursos auferidos em um programa de Coleta Seletiva**

Segundo os entrevistados, os recursos obtidos por esta ação deveriam ser revertidos para a região onde os resíduos foram gerados (37,8%), fato preocupante, pois os lixos com maior potencial de resultados econômicos são gerados nos bairros de renda mais elevada, não nos bairros mais carentes. Outros 49,3% indicaram que os recursos deveriam ser revertidos para os bairros mais carentes do município onde o lixo foi gerado, enquanto 8,8% acreditam que os recursos deveriam ser destinados aos cofres públicos para aplicação em projetos ambientais. Por último, 4,0% indicaram que os recursos deveriam ser repassados a ONGs ambientalistas.

*** O consumidor pagaria mais por um produto que agredisse menos o meio ambiente**

Apesar de terem admitido em questionamento anterior que o ato de comprar produtos e serviços estava associado apenas a “preço” e “qualidade”, a maioria esmagadora dos entrevistados (91,5%) admitiu que pagaria mais por um produto de menor efeito ambiental.

*** Percepção dos efeitos dos organismos geneticamente modificados**

Na correlação transgênicos / organismos geneticamente modificados (ONGs) em relação a efeitos sobre o meio ambiente e a saúde da população, a maioria (76,8%) admitiu haver efeito.

*** Identificação de condutas que podem ser consideradas como crimes ambientais**

A resposta do grupo frente a diferentes condutas da sociedade em termos de serem ou não consideradas crimes ambientais, evidenciou que a maioria respondeu favoravelmente ao que está definido na Lei de Crimes Ambientais. Todas as condutas apresentadas escolhidas foram: “danificar ou maltratar plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada” (19,8%), “destruir bens protegidos por lei” (15,4%), “pichar e grafitar edificações ou

monumentos urbanos” (14,3%), “alterar o aspecto ou estrutura de edificações ou locais especialmente protegidos por lei” (9,9%), “praticar maus-tratos a animais silvestres ou domésticos” (6,6%), “danificar museu, bibliotecas, instalação científica ou similar protegido por lei” (3,5%), “promover construção em solo não edificável ou no seu entorno” (3,3%) e “modificar, danificar ou destruir ninhos ou abrigos naturais” (2,2%).

*** Destinação final de pilhas e lâmpadas fluorescentes**

Por último, quando perguntados onde destinam pilhas e lâmpadas fluorescentes usadas, a grande maioria (96,7%), optou pela simples alternativa de descarte no lixo comum da residência. Apenas 2,6% indicaram locais especialmente definidos para o recolhimento destes produtos, enquanto 0,7% declara que o devolve na loja onde os comprou.

CONCLUSÕES

A pesquisa, apesar de confirmar vários pontos positivos do perfil da cidadania ambiental dos jovens (do ensino médio-técnico, de classe média e provenientes de escolas de bom nível), apresenta alguns pontos que demandam maior reflexão por parte dos educadores ambientais.

A metade deles admite que os assuntos relacionados ao meio ambiente não vêm sendo tratados com frequência nas escolas, bem como que este assunto também não é abordado no âmbito das famílias. A maioria não acessa sites ligados à temática ambiental, enquanto grande parte não acredita na eficácia da ação dos órgãos normativos de controle ambiental, enquanto uma parte não acredita no trabalho das ONGs ambientalistas.

Do grupo verificou-se que a maioria não acredita que a ação de um cidadão sozinho possa alterar a continuidade de uma ação danosa ao meio ambiente, sendo boa parte deles admite não causar nenhum tipo de agressão ao meio ambiente.

As indústrias são vistas como agentes que não investem em meio ambiente e não atendem a legislação ambiental, bem como, em situação mais agravada, o próprio governo, sendo exigido pelos jovens a criação de novas leis na área ambiental. Os jovens pesquisados decidem a compra de produtos e serviços apenas à luz dos critérios “preço” e “qualidade”, descartando a opção “potencial de agressão ao meio ambiente”.

Entre os aspectos positivos, tem-se, entre outros, que se interessam por assuntos ligados à temática ambiental, acreditam que o conhecimento da problemática ambiental é essencial para a sua formação profissional, admitem a viabilidade da adoção do princípio do Desenvolvimento Sustentável e recusam aceitar mais poluição por um aumento do nível de emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FERNANDES, R.S., SOUSA, V.J. – Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental – Uma ligação eficaz entre a atividade acadêmica, sociedade e o mercado de trabalho, em fase final de publicação, 2006.
2. FERNANDES, R. S., SOUSA, V. J., LARANJA, A. C.- Percepção ambiental como instrumento de aprimoramento pedagógico para o ensino de meio ambiente em instituições de ensino. Revista Linha Direta, ano 7, n. 71, fevereiro de 2004. e no: Encontro Nacional de Educadores,Paulínia.- S.Paulo, 2003.
3. OKAMOTO, J. Percepção Ambiental e Comportamento. São Paulo: Mackenzie, 2003.
4. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Brasília: UNESCO, 2002.
5. LE BOTERF, G. – Desenvolvendo a competência dos profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
6. TUAN, Y. F. – Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, S. Paulo, Difel, 1980.
7. NALINI, J.R. – Ética Ambiental, Campinas – S.Paulo, Millenium, 2003

8. NICLESCO, B. – O manifesto da transdisciplinaridade, S. Paulo, Trion, Centro de Estudos Marina e Martim Harvey Edsitorial e Comercial, 1999.
9. TRIGUEIRO, A. - Mundo Sustentável, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2006.
10. DELORS, J. – Educação para o século XXI, questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.
11. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Brasília: UNESCO, 2002.
12. COIMBRA, J.A.A. – Linguagem e Percepção Ambiental, Coleção Ambiental, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental, USP, 2004
13. RAMOS, M.S., VACCARO, S., FERNANDES, R.S. – O uso da percepção ambiental como instrumento de avaliação do perfil da cidadania ambiental de estudantes universitários – Conferência Nacional de Legislação Ambiental – CONLA, Brasília, 2005
14. FERNANDES, R. S -. Como os jovens percebem as questões ambientais. Revista Apreendes, ano 3, 13. ed., julho/agosto 2003.
15. FERNANDES, R. S. - Percepção ambiental de estudantes universitários. Revista Preservação – Meio Ambiente no Espírito Santo, Vitória, ano 1, n. 3, 2003.
16. FERNANDES, R. S., SOUSA, V. J -. Percepção Ambiental dos Alunos da Faculdade Brasileira – Vitória / ES. Revista Engenharia – Ciência & tecnologia, Universidade Federal do Espírito Santo, vol 6, n.3, maio / junho 2003.
17. FERNANDES, R. S. et al -.Percepção ambiental dos alunos da Faculdade Brasileira – UNIVIX – Vitória / ES. Congresso Brasileiro de Pesquisas Ambientais e Saúde, julho 2003, Santos – SP. E VII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente / ENGEMA, novembro de 2003, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de São Paulo.

18. FERNANDES, R. S., PIANESOLA, M. M., MARIANI, M. E.- Estado da Arte da Percepção Ambiental no Brasil, em fase de publicação, 2006.
19. FERNANDES, R. S. et. al, - Percepção da sociedade frente à problemática do uso racional da água – Vitória / ES, Associação Nacional de Pós Graduação, Pesquisas em Ambiente e Sociedade / ANPAS, II Encontro Anual, GT 10 – Meio Ambiente, Sociedade e Educação, 26 a 29 de maio, S. Paulo, 2004.
20. FERNANDES, R. S. et al, - Percepção ambiental de segmentos socioeconômicos da região metropolitana de Vitória frente à temática do uso racional da água, II World Environmental Education Congress, Rio de Janeiro, setembro de 2004 e Global Congresso on Engineering and Technology Education, Santos – SP, março de 2005.
21. GONÇALVES, C, M., MARIANI, M., P. - Percepção ambiental de professores da Faculdade Brasileira / UNIVIX – Vitória / ES. Prêmio Ecologia 2003 e Menção Honrosa no Prêmio Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, 2003.